

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

DESTAQUES IPADES

Dezembro 2013

O Brasil Pode Repetir o “Milagre” Econômico?

Milagre é um evento não explicado pela ciência e atribuído à origem divina. Na economia, o termo “milagre” econômico refere-se ao crescimento continuado da economia de um país em curto período de mais ou menos 15 anos com a duplicação da renda *per capita*. Esse processo ocorreu no Brasil entre os anos de 1971 e 1982. Também foi evidenciado nos países asiáticos: Japão, Taiwan, Cingapura, Hong-Cong, Coreia do Sul e China.

Na Ásia, com exceção da China, o sucesso deve-se a acumulação de capital físico e de capital humano. A acumulação de capital físico resultou de uma elevada taxa de investimento financiada por poupança doméstica. Nos períodos de duplicação da renda per capita as taxas de poupança destes países eram superiores a 30% do PIB.

No caso brasileiro foi diferente, não teve contribuição do capital humano. As principais fontes de crescimento foram o aumento da produtividade total dos fatores, a acumulação de capital físico com o aumento da intensidade do capital por trabalhador e o aumento da participação da força de trabalho na população.

A contabilidade do crescimento não permite nenhuma conclusão sobre causalidade, sendo possível que o aumento da taxa de investimento produza aumento da produtividade total dos fatores, como também que o reverso ocorra, isto é, que o aumento da produtividade total dos fatores provoque aumento da taxa de investimento.

Os dados dos países asiáticos, como também as informações da contabilidade do crescimento brasileiro indicam que essas duas variáveis têm forte correlação positiva.

Na década perdida, a de 1980 no Brasil, a taxa de investimento despencou e a taxa de crescimento da produtividade total dos fatores foi negativa.

Para o Brasil de hoje a principal restrição macroeconômica para que a economia dobre a renda per capita em 15 anos é a baixa taxa de investimento. O aumento da taxa de investimento requer aumento substancial da taxa de poupança doméstica e, portanto, redução do consumo como proporção do produto nacional.

Para que uma política econômica atenda este postulado só é factível do ponto de vista político com um pacto de crescimento subscrito por todos os grandes partidos políticos brasileiros. Nenhum partido isoladamente seria capaz de “vender” ao eleitor um programa que, no curto prazo reduza o consumo como proporção do PIB, e aumente a carga tributária, isto que essa já é demasiadamente alta.

Esse pacto teria três objetivos: tornar a poupança pública positiva; criar poupança forçada que seria utilizada em um Fundo administrado pelo BNDES; proibir qualquer tipo de déficit público quase fiscal seja pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil.

Na atual conjuntura política e com as demandas da sociedade brasileira é praticamente impossível que se formule uma política econômica com esses objetivos, donde se conclui que um novo “milagre” econômico não deverá se repetir.

É Possível a Produção Sustentável na Amazônia

Com pouco mais de 6,8 milhões de km² a Amazônia espalha-se por nove países da América do Sul. O Brasil detém 69% dessa área. Estima-se que ela abrigue quase 25% de todas as espécies de seres vivos da Terra, além de 35 milhões de pessoas, 20 milhões no Brasil.

Também tem a maior bacia fluvial do mundo, com 6,6 milhões de km², fundamental para a drenagem de vários países e para a formação de chuvas. É o maior reservatório de água potável disponível. Por isso é um dos reguladores do clima e do equilíbrio hídrico da Terra.

Por essas condições a Amazônia vive em seu processo econômico recente uma contradição que tem afetado seu desenvolvimento, ou seja, crescimento econômico versus preservação ambiental.

Para que esse impasse desapareça, as atividades humanas precisam ser manejadas adequadamente com planejamento, tecnologia e gestão compatíveis com os biomas que formam a Amazônia, de modo a atender as cadeias produtivas altamente relevantes para o desenvolvimento da população local. Alguns exemplos ilustram esta assertiva.

Há alguns anos o Instituto Mamirauá, no Amazonas, implantou iniciativas de manejo florestal que vem gerando importantes resultados. Após dez anos as extrações bem manejadas de espécies de madeira leve e pesadas obtêm valores de mercado com crescimento em mais de 250%.

Também a pesca bem manejada, sem a prática da sobrepesca e de acordo com os períodos de acasalamento das espécies, favoreceu o aumento do tamanho do pirarucu (*Arapaima gigas*), muito consumido localmente. Nos últimos anos o tamanho médio do peixe abatido nas águas de manejo ultrapassou o limite mínimo legal de 150 cm, enquanto os estoques pesqueiros cresceram mais de 300%. Com isso, houve um incremento de 130% na renda média mensal dos pescadores, afirma o pesquisador Helder Queiroz.

Mas não apenas atividades extrativas se beneficiam das novas práticas de manejo, o setor agropecuário também. A pecuária, atividade mais expressiva na economia primária da Amazônia pode se beneficiar. Este segmento foi implantado em terra firme na Amazônia brasileira com a abertura da rodovia Belém-Brasília, e teve o atual município de Paragominas (PA) seu núcleo indutor. Sua introdução se deu pelo sistema tradicional de corte e queima da biomassa florestal. Hoje esse sistema não é mais permitido. A modernização da pecuária passa pela recuperação das pastagens com baixa produtividade e áreas antropizadas, pela implantação do sistema de integração Lavoura-Pecuária-Floresta. No sistema tradicional a capacidade de suporte é de 0,5 unidade animal por hectare, no sistema integrado essa capacidade de suporte pode chegar a quatro unidades animais por hectare, e mais, com a diminuição da emissão de gases de efeito estufa CO₂ e CH₄ e aumento da taxa de seqüestro do CO₂. Na agricultura, a fruticultura e a silvicultura são cultivos perfeitamente adaptados a ecologia da Amazônia.

Assim, na Amazônia do século 21 é possível que sua população almeje e busque o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Trata-se de conscientização e racionalização das ações humanas no meio ambiente, aliadas a políticas que apóiem e incentivem essas relações.

Mobilidade Urbana: O País Está Parando

As cidades brasileiras, no século 21, passaram a sofrer de uma paralisia crescente que está se tornando crônica: a drástica redução da mobilidade urbana. Ela tem sido causada entre outros fatores, pelas políticas de estímulo ao veículo individual e a defasagem do preço dos combustíveis, intensificadas a partir de 2008, como forma de combater a crise econômica mundial irradiada pelo default da economia americana, e como plataforma eleitoral interna.

Entretanto, o país conta com uma disparidade de custos entre transporte individual e coletivo que não veio apenas do subsídio fiscal e estímulo creditício para a compra de automóveis. Levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta que entre janeiro de 2000 e dezembro de 2012 o preço da gasolina subiu 122%, abaixo do IPCA do período (125%), enquanto a inflação das tarifas de ônibus cresceu 192%.

Por outro lado, os subsídios das tarifas de ônibus terminam por prejudicar os mais pobres, justamente aqueles que utilizam esse transporte. Eles são prejudicados duas vezes: primeiro porque nossa tributação é indireta, e acaba impactando a população de baixa renda; segundo, porque os recursos aplicados nos subsídios saem do orçamento comprometendo outras políticas sociais como educação, saúde e segurança.

A imobilidade urbana já é traduzida em grandes perdas. Marcos Cintra, vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV), apontou que entre o tempo perdido pelas pessoas no trânsito, os gastos adicionais, além da emissão de poluentes totalizam perdas que chegam a R\$ 40 bilhões, em 2012, na cidade de São Paulo.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro as perdas chegaram a R\$ 27,2 bilhões, em 2012, segundo levantamento da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Outro estudo, este do Instituto de Economia da Universidade Federal

do Rio de Janeiro (UFRJ), valora o tempo de forma conservadora, como 50% do rendimento médio por hora, correspondendo a perdas de R\$ 7 bilhões.

Esse valor se equipara aos R\$ 6,95 bilhões estimados pela prefeitura para a construção dos 150 km de BRTs (*bus rapid transit*) e dos 30 km de VLT (veículo leve sobre trilhos) que constam dos projetos da Empresa Olímpica Municipal para promover a melhoria da mobilidade na capital fluminense.

Além do aspecto econômico-financeiro, a imobilidade urbana contribui para desperdiçar o potencial indutor de desenvolvimento, cultura, inovação e bem-estar das cidades e metrópoles brasileiras.

Essa situação é comum em todas as capitais brasileiras e já está ocorrendo nas cidades de porte médio. A solução é complexa e depende de planejamento de médio e longo prazo, condição nada usual no Brasil atual. No elenco desse planejamento tem-se: falta de planejamento urbano e de investimento em transporte público. Também deve ser considerada a concentração dos setores dinâmicos da economia em determinadas áreas das cidades, e na atração que eles exercem sobre municípios vizinhos.

Atuais Ameaças Para a Agricultura Brasileira

A agricultura brasileira está exposta ao feroz ataque de novas pragas e doenças, que, sem formas adequadas de controle, infestam lavouras nas mais importantes regiões agrícolas do País.

A lagarta *Helicoverpa armigera*, até poucos meses desconhecida da maioria dos pesquisadores, já devorou, apenas na safra deste ano, cerca de um bilhão de dólares das plantações de soja e algodão do Mato Grosso e Bahia. Especialistas acompanham o rastro da praga e constatam que ela já se instalou em áreas do Paraná e franjas das regiões Sudeste e Nordeste.

A praga *Helicoverpa armigera* soma-se a outras, como a mosca, a broca do café e a ferrugem asiática; esta nos últimos dez anos deu prejuízo superior a 25 bilhões de dólares ao cultivo da soja, segundo a Aprosoja. As perdas atingem as lavouras de café, algodão, feijão e hortaliças. De acordo com a Sociedade Brasileira de Defesa

Agropecuária, em número conservador, 15 outras pragas do mesmo potencial destrutivo rondam as lavouras.

As plantações não protegidas por modernas tecnologias perdem, em média, 40% de sua produção. Isto significa para a safra deste ano, de 186 milhões de toneladas de grãos, a perda de 75 milhões de toneladas de alimentos, além do prejuízo econômico.

Como se tivesse “apoiando” a ação dessas pragas é a lentidão do Sistema de Defesa Fitossanitária. É o que constata a revista Exame (“A praga difícil de vencer”, 13/09/2013). É inconcebível a parcimônia com que é tratada, em certos setores do governo federal, a questão da defesa fitossanitária. Em vez de somarem esforços, o Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), geram contradições que só aumentam a lentidão do sistema.

Essa lentidão tem sido progressiva, como indicam os números. Em 2008 foram aprovados onze novos princípios ativos de defensivos agrícolas; em 2009 reduziu-se o número para oito novos ingredientes ativos; em 2010, as aprovações caíram drasticamente para três ativos novos; em 2011 foram registrados apenas dois novos produtos; finalmente no ano passado a morosidade atingiu o fundo do poço, apenas e tão somente um produto novo foi registrado.

O Brasil parece brincar de desenvolvimento. Avança na produção e produtividade agropecuária, lidera a pesquisa agrônômica tropical no mundo, tem uma balança comercial do agronegócio superavitária, mas atrapalha essas conquistas e novos avanços com o comportamento exposto acima.